



MUNICÍPIO DE  
**ALIJO**

Deslumbrante Património Natural

1

## EDITAL

Carlos Jorge Vilela da Rocha Magalhães, Presidente da Câmara Municipal de Alijó, nos termos e para efeitos do disposto do número 1 no artigo 56.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, torna públicas as deliberações aprovadas pelo Executivo Camarário na sua reunião ordinária do dia 08/04/2016.

### DELIBERAÇÕES APROVADAS EM MINUTA

#### 1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

##### **Ponto 1.1 - Aprovação da Ata da reunião ordinária de 22/03/2016.**

*Deliberação: aprovada, por unanimidade.*

**Ponto 1.2 -Presente informação CIJF/2016/123, referente ao pedido de alargamento de horário de estabelecimento comercial de bebidas com espaço destinado a dança, a funcionar em Sanfins do Douro, do proprietário Acácio Augusto da Silva Marques, acompanhado do parecer jurídico n.º6/2016, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.**

*Deliberação: não participam na votação o Sr. Vereador Miguel Rodrigues (MAIS) e Sr.ª Vereadora Cristina Felgueiras (PSD), por se considerar impedido por ser advogado de casos da requerente e por ter sido advogada do requerente, respetivamente. Aprovado por unanimidade, condicionado à existência das declarações de não oposição de todos os moradores, num raio de 50 metros, em conformidade com o requerido e nos termos da informação técnica.*

#### 2. UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

**Ponto 2.1 - Presente o resumo do diário da tesouraria referente ao dia 2016/04/04, apresentando um total de disponibilidades de 5.964.688,72€ sendo 5.201.190,22€ de dotações orçamentais e 763.498,50€ de dotações não orçamentais, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.**

*Deliberação: tomado conhecimento.*

**Ponto 2.2 - Presente informação UOF\_AF/2016/43, referente ao valor de quotas em dívida da Associação Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro, solicitando instruções para efeitos de regularização desta situação, acompanhada do parecer jurídico n.º9/2016, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.**

*Deliberação: aprovado por maioria, com os votos contra do Sr. Vereador Miguel Rodrigues (MAIS) e do Sr. Vereador António Joaquim Fernandes (PS), o pagamento das quotas*



MUNICÍPIO DE  
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

2

*considerando a prescrição, conforme resulta do parecer jurídico, ou seja, pagar desde 2012, inclusive, condicionada ao competente cabimento e à verificação de existência de fundos disponíveis suficientes para efeitos de compromisso.*

O Presidente da Câmara apresentou a seguinte declaração de voto:

“Relativamente a este assunto sou favorável à proposta de pagar apenas o que a lei nos permita, pois foi nos casos em que o município tem sido condenado, as empresas têm usado de todas as prerrogativas da lei para que nós também assim o façamos.

Surpreende-me ainda, o facto de que desde 2007, ano de adesão a esta associação, não tenha sido feito qualquer pagamento conforme assumido por unanimidade em reunião de Câmara e em sessão da Assembleia Municipal.

Esta minha posição sobre o pagamento tem a ver com a defesa dos interesses do município e não com qualquer posição hostil a nenhuma associação e menos ainda com “Orgulhosamente Sós”

Esta posição tenta tirar o município do lamaçal em que o encontrei.

Assim, também compreendo a facilidade e a simplicidade com que se mexe um dinheiro que é de todos nós, pois quem não reside aqui e muito menos paga impostos aqui poderá ter uma retórica eloquente sobre este facto.”

A Vereadora Cristina Felgueiras (PSD) apresentou a seguinte declaração de voto:

“Voto a favor dos pagamentos das quotas devidas à Associação, não contabilizando as que encontram prescritas. O Município de Alijó, como pessoa de boa-fé que é, deve zelar em primeiro lugar pelos interesses de todos os munícipes de Alijó. Se a figura da prescrição legal existe e aqui pode ser invocada, assiste ao Município o direito e o dever de o fazer. Na verdade, do relatado pelo Senhor Presidente da Câmara e dos registos que existem neste município, o Município de Alijó nunca obteve nenhum benefício direto ou indireto da participação nesta Associação. Assim, ao invocar a prescrição não nos estamos a apropriar de forma indevida do que nos foi dado – que foi nada – mas sim a colocar em primeiro lugar os interesses dos munícipes de Alijó”

O Vereador Miguel Rodrigues (MAIS) apresentou a seguinte declaração de voto:

“Este mesmo assunto foi aqui trazido há cerca de um ano, questionando-se na altura, como agora, se deveriam ser pagas as quotas em atraso a esta Associação Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro (AIMRD).

Nessa ocasião, foi o executivo permanente incumbido pela Câmara de procurar indagar junto desta Associação sobre a sua atividade e as eventuais vantagens que o Município de Alijó poderá obter, estando associado a esta entidade.

Cerca de um ano depois, constata-se que nada foi feito para obter informação e que estamos no mesmo ponto em que nos encontrávamos.



MUNICÍPIO DE  
**ALIJO**

Deslumbrante Património Natural

3

Em relação à atividade desta Associação, nenhuma informação aqui nos foi prestada. A Câmara nenhum esforço fez para diligenciar junto da Associação, ou de algum dos Municípios membros nossos vizinhos no sentido de obter informação relevante neste domínio.

Mediante uma pesquisa rápida na internet, obtém-se a informação de que o atual Presidente desta Associação é o Sr. Presidente da Câmara de Miranda do Douro. Ainda recentemente o Presidente da Câmara de Alijó e o seu colega de Miranda do Douro estiveram juntos no aniversário da UTAD. Porque não o abordou sobre a atividade da Associação?

Há, assim, uma manifesta falta de interesse e de vontade do executivo permanente em aprofundar informação que suporte uma decisão ponderada.

Na página desta Associação na internet pode ler-se o seguinte:

*“A Associação Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro (AIMRD) é uma associação hispano-portuguesa sem fins lucrativos que representa todo o território do Douro desde a sua nascente em Duruelo da Sierra até à sua foz no Porto, constituída por 53 Autarquias e Câmaras municipais ribeirinhas de ambos os países, mais a Confederação Hidrográfica do Douro, organismo dependente do Ministério do Meio-ambiente espanhol.*

*Os objectivos da AIMRD são:*

*Promover a elaboração de um projecto de desenvolvimento integral cujo centro seja o Rio Douro, com as suas múltiplas potencialidades, abarcando a área das Câmaras Municipais e Autarquias ribeirinhas.*

*Impulsionar a adopção de um compromisso ecológico cuja finalidade consiste na defesa do Rio Douro, essencial para a vida das populações ribeirinhas.*

*Denunciar e tratar de impedir possíveis atentados ecológicos que prejudiquem o Rio Douro.*

*Desenvolver programas que melhorem e potencializem a actividade dos seus sócios, especialmente no âmbito das infra-estruturas e dos serviços especializados.*

*De forma geral, a promoção e defesa dos interesses dos seus associados, para conseguir o desenvolvimento integral da Área Geográfica do Douro e melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.*

*A AIMRD geriu e participou também enquanto sócio em vários projectos europeus de diferentes convocatórias e conteúdos, sendo os mais importantes: Artigo. 10 FEDER, “Projecto TERRA”. Leonardo da Vinci, “Projecto Turismo activo”. Cultura 2000 “Águas discursivas”. INTERREG III C, “Projectos HIDROSOURCE” e “UTDR”. POCTEP, “Projecto FLUVIAL”, e em SUDOE com o projecto “SUD’EAU”.*

*Actualmente, além de participar em ADAPTA CLIMA II, está executando dentro de POCTEP três projectos, FLUVIAL, RIET e MARCADUERO.*

*Em ADAPTA CLIMA II, a AIMRD irá realizar acções de transferência dentro dos grupos de capitalização em concreto relacionados com a gestão eficiente e sustentável nos territórios ribeirinhos do Douro em colaboração com a Universidade de Trás os Montes e Alto Douro (UTAD).”*

Em função do exposto, há que aprofundar esta matéria, antes de tomar uma decisão precipitada.





MUNICÍPIO DE  
**ALIJO**

Deslumbrante Património Natural

4

Mesmo em relação à possível prescrição de algumas quotas, nem sequer os estatutos da Associação nos foram aqui apresentados. No caso de ter sede em Espanha, tenho dúvidas que se apliquem as disposições contidas no parecer que aqui nos foi apresentado. Os estatutos e a sede em Espanha não foram sequer objeto de análise neste parecer.

Mas é ainda certo que, mais do que uma questão jurídica ou contabilística, esta é uma questão política. Um Município não pagar em anos sucessivos as quotas de uma Associação de Municípios de que faz parte, depois de para tal interpelado, e mais tarde invocar a prescrição, não o assume como pessoa de bem, como este Município deveria assumir-se sempre. E o Município é sempre o mesmo, ainda que mudem os seus titulares.

Nessa medida, aqui chamei a atenção para a necessidade de aprofundar aquela que tem sido a atividade desta Associação, até para se perceber a pertinência ou não da permanência deste Município naquela. Bem como a necessidade de analisar os estatutos e perceber qual a Lei aplicável no âmbito desta Associação.

Como foi aqui ignorado o meu ponto de vista, voto contra.”

O Vereador António Joaquim Fernandes (PS) apresentou a seguinte declaração de voto:

“ Sobre a proposta de pagamento diz que Câmara Municipal de Alijó é uma instituição de bem. Não lhe parece que quisesse bem usar agora da prescrição, até quanto aos outros aderentes. A razão pela qual foi retirado o ponto, foi para recolher informação sobre estão ou não nesta associação.

Era importante saber se já alguém tinha desistido, ou quando, a questão não era tanto jurídica ou financeira, antes política e é aqui que tem de ser resolvido.

Mesmo que queiramos sair devemos fazê-lo de cabeça erguida, quer aos olhos dos espanhóis e dos demais municípios, e mesmo saindo podemos propor um acordo.

Isto entronca na abordagem do vereador Miguel Rodrigues sobre as entidades supra municípios.

Até sempre fomos diferentes de abordar o assunto, por exemplo, ao nível do associativismo, não lhe parece que na posição crispada seja na forma de ajudar o concelho. As dificuldades com todas essas associações devem ser remetidos, porque se não estão todos contra nós, qualquer dia.

Não gostaria de ficar nessa posição, por isso deixa a sua posição bem vincada, de que podendo devia rever-se bem esta posição. E termina a dizer que se confirme se há ou não algum interesse real. Defende que deveria a Câmara Municipal de Alijó continuar e pagar integralmente as quotas desde 2007.”

**Ponto 2.3 - Presente informação CPRH/2016/119, apresentando relatório de despesa em compromissos plurianuais, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.**

*Deliberação: tomado conhecimento. Mais foi deliberado submeter à Assembleia Municipal para tomar conhecimento.*



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

5

**Ponto 2.4 - Presente informação UOF\_DAF/2016/124, apresentando Documento de Prestação de Contas, referente ao exercício económico de 2015, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.**

*Deliberação: Aprovado por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Miguel Rodrigues (MAIS) e da Sr. Vereador António Joaquim Fernandes (PS), os documentos de prestação de contas elencados no Anexo I da Resolução n.º 04/2001 – 2ª Secção do Tribunal de Contas que se encontram integralmente elaborados e arquivados, estando disponíveis para consulta quando tal for solicitado.*

*Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal para apreciação e votação, nos termos da al. l) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*

*Mais foi deliberado solicitar à Assembleia Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 57º do mesmo diploma legal, que a deliberação tomada seja aprovada em minuta para efeitos imediatos.*

O Presidente da Câmara apresentou a seguinte declaração de voto:

“Está satisfeito com os níveis de execução da receita e da despesa, pois há alguns anos que não se verificava.

Isto potencia-nos para o ano 1, ou seja o virar da página, mais que doravante possamos contribuir para que Alijó possa ter pela frente um melhor caminho no futuro.

Os números falam por si, no entanto eles só são possíveis graças aos funcionários do Município de Alijó, pelo que a todos eles quero deixar o muito obrigado por esta prestação que é de todos e a alguns muito orgulha.”

O Vereador Miguel Rodrigues (MAIS) apresentou a seguinte declaração de voto:

“Como observou a DGAL no seu parecer à proposta de orçamento municipal de 2015, o equilíbrio orçamental deverá ser observado quer em sede de previsão, quer em sede de execução.

Analisando os dados constantes do relatório de gestão, constata-se que o exercício de 2015 fechou com um valor total das despesas superior ao valor das receitas, o que há vários anos se não verificava e demonstra deficiências na execução do orçamento.

Note-se que o orçamento inicial para 2015 previa um montante igual de receitas e despesas, tendo sido desvirtuado na sua execução, com as despesas a superar as receitas, o que é preocupante.

Ao nível das despesas, aliás, torna-se difícil a análise do controlo orçamental nestes documentos de prestação de contas. Porque razão no mapa de controlo orçamental da despesa, esta não surge discriminada como “despesas correntes” e “despesas de capital”, como acontece no mapa de controlo orçamental das receitas? Pois assim se dificulta a aferição do grau de execução orçamental de umas e outras despesas.

No respeitante à execução das despesas, não obstante estas terem derrapado para um valor superior às receitas, verifica-se que é dececionante o grau de execução de certas despesas, como acontece com as transferências para as instituições sem fins lucrativos. Nestas



MUNICÍPIO DE  
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

6

transferências, a execução do que foi orçamentado foi de zero(!), o que aconteceu em 2015, depois de já ter acontecido em 2014. Deve salientar-se que esta situação aconteceu por opção do executivo permanente, pois nada o impedia de ter cumprido, pelo menos parcialmente, o que estava orçamentado nesta rubrica. É uma opção estranha, para quem tanto anuncia que “primeiro estão as pessoas”.

Mencione-se ainda, neste ponto, que neste ano de 2016, decorrido o primeiro trimestre, continua a não se verificar qualquer transferência, estando assim demonstrado que este executivo está a mover-se por critérios de calendário eleitoral, procurando reservar os apoios a conceder para uma data posterior e mais próxima das eleições autárquicas do próximo ano. O problema é que o movimento associativo do concelho procura assegurar uma atividade constante, em cada ano que passa, que não se coaduna com calendários eleitorais autárquicos.

Nas despesas de capital, em 2015, continua praticamente ausente o investimento.

No ano de 2015, concluiu-se a execução dos Planos aprovados em 2012 (PAEL e Plano de Reequilíbrio Financeiro), cujo financiamento daí decorrente permitiu a profunda redução da dívida de curto-prazo a fornecedores, bem como a redução dos prazos de pagamentos.

Para além da mera gestão corrente, a análise da conta de gerência de 2015 demonstra o evidente falhanço da atual governação concelhia, incapaz de promover uma estratégia global de desenvolvimento para este território.

Constata-se, a cada passo, que o atual executivo permanente é vazio de um pensamento estratégico que, do ponto de vista económico e social, possa assumir-se como parte ativa na melhoria dos indicadores deste concelho.

A gestão autárquica meramente paroquial a que vai aqui assistindo, promotora de uma postura fechada e isolacionista, é a triste garantia de que as oportunidades continuarão a passar ao lado deste concelho, cujo único dinamismo vai pertencendo à persistência dos seus agentes económicos locais e movimento associativo.

A ausência de atuação externa deste executivo, aliada a uma atuação interna na estrutura camarária desequilibrada e instável, conduz ao bloqueio da ação municipal, como se tem constatado no tempo que este mandato autárquico leva de duração.

A apreciação do desempenho camarário no ano de 2015 é, por tudo isto, profundamente dececionante.”

O Vereador António Joaquim Fernandes (PS) apresentou a seguinte declaração de voto:

“ Também reparou que as despesas foram menores que as receitas em 2015.

Para este relatório de contas de 2015 não ter durante todo o exercício efetuado qualquer transferência para as associações do concelho, sejam elas humanitárias, recreativas, socio-culturais, desportivas ou sem fins lucrativos, constata-se que para este executivo permanente pouco importa o contributo que as associações dão à vida cívica deste Concelho.

Perante este comportamento pode dizer-se que reina uma impossibilidade total no que concerne à colaboração e ajuda às instituições, que pode ser interpretada da seguinte forma: desconsideração ou mesmo desrespeito total pela vida cívica da vila de Alijó.





MUNICÍPIO DE  
**ALIJO**

Deslumbrante Património Natural

Neste executivo de 2015 as Juntas de Freguesia deveriam ser consideradas verdadeiras parceiras desta Câmara Municipal, mas não tiveram melhor sorte. Basta olhar para as transferências e logo se percebe que a pouca monta transferida é em troca da prestação de serviços que autoritariamente lhe são exigidas, a quem, muitas vezes, têm dificuldade em cumprir.

Perante tal cenário, voto contra.”

A vereadora Cristina Felgueiras (PSD) apresentou a seguinte declaração de voto:

“ Em relação à execução deste orçamento e a prestação de contas, as mesmas registam uma taxa de execução das mais altas dos últimos anos.

Reconheço que as associações desenvolvem um trabalho árduo e permanente e sem apoios financeiros deste o tempo do executivo do PS.

Este município teve que gerir a situação económica e financeira que encontrou quando chegou, o que exigiu muito esforço, dada a gestão ruinosa do executivo anterior. Apesar disso não esqueceu as pessoas e inovou relativamente a algumas decisões, e cita a título de exemplo: atividade física que o município proporcionou aos Sêniores do concelho e a qual se desenvolve nas IPSS's a criação da Universidade Sénior, as transferências para o Agrupamento de Escolas de Alijó, o que não acontecia desde 2011, e a cedência gratuita de manuais escolares a alunos carenciados do 1.º ciclo (entre outras).”

O Vereador João Manuel Costa (PS) apresentou a seguinte declaração de voto:

“ Sendo um documento da prestação de contas o reflexo da atividade de 2015, verifica-se um saldo positivo do exercício de 3,2 milhões de euros, o que permitiria à Autarquia realizar mais algumas atividades, dinamizando o concelho.

É no entanto de realçar o nível de execução bastante positivo, mais ou menos 80%, bem como a redução significativa (53%) do excesso do endividamento e ainda a redução do número de dias de pagamento a terceiros de 451 dias para 54 dias, o que começa a dar ao município boas perspetivas de futuro.”

**Ponto 2.5 - Presente informação UOF\_AF/2016/100, com base na informação n.º97/2016, do Controlo Jurídico, sobre pagamento de faturas, referente à formação e emissão de cartas de qualificação e certificados de aptidão de Motoristas 2013 (CAM), (que inclui parecer jurídico 264/2015). Foi atribuído o cabimento n.º 248/2016, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.**

*Deliberação: Aprovado por unanimidade, o pagamento, condicionada ao competente cabimento e à verificação de existência de fundos disponíveis suficientes para efeitos de compromisso.*

**Ponto 2.6 - Presente informação CPRH/2016/118, referente à autorização de adjudicação e aprovação da minuta de contrato do procedimento de Ajuste direto “Aquisição de serviços**



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

8

para elaboração de instrumentos de planeamento: delimitação e caracterização de duas ARU'S (Área de Reabilitação Urbana) uma coincidente com o perímetro urbano consolidado de Alijó e a segunda coincidente com o perímetro urbano consolidado do Pinhão, bem como, delegar no Sr. Vice-Presidente a autorização para assinatura do contrato, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

*Deliberação: aprovado, por maioria com a abstenção do Sr. Vereador Miguel Rodrigues (MAIS) e do Sr. Vereador António Joaquim Fernandes (PS), nos termos da informação técnica e seus anexos.*

O Vereador Miguel Rodrigues (MAIS) apresentou a seguinte declaração de voto:

"A minha abstenção mantém coerência com a minha posição assumida neste ponto na anterior reunião de Câmara de 05-02-2016, para cuja declaração de voto remeto."

O Vereador António Joaquim Fernandes (PS) apresentou a seguinte declaração de voto:

" Remete para a declaração de voto de 05-02-2016"

### **3. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – ESTRATÉGIA E EMPREENDEDORISMO**

**Ponto 3.1 - Presente informação UOF\_EE/2016/121, referente à candidatura de apoio ao funcionamento das Equipas de Sapadores Florestais para os anos - 2016 a 2018, inserida no eixo de intervenção" Defesa da Floresta Contra Incêndios", que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.**

*Deliberação: Aprovada, por unanimidade, a autorização da candidatura plurianual e inerente despesa, nos termos da informação técnica e seus anexos, condicionada ao competente cabimento e à verificação de existência de fundos disponíveis suficientes para efeitos de compromisso. Mais foi deliberado autorizar o assinatura do contrato pelo Presidente da Câmara ou vereador com delegação e subdelegação de competências.*

### **4. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO**

**Ponto 4.1 - Presente informação AADSCED/2016/27, referente a pedido de apoio no âmbito da Oficina Solidária – "O Sol", em que é requerente o Sr. Manuel Nunes Cardoso, inquilino da Habitação Social Pinhão-REFER, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.**

*Deliberação: aprovado por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador António Joaquim Fernandes (PS) e o voto contra do Sr. Vereador Miguel Rodrigues (MAIS), não apoiar, nos termos da informação técnico.*





MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

*Daslumbrante Património Natural*

O Vereador Miguel Rodrigues (MAIS) apresentou a seguinte declaração de voto:

“Este ponto respeita a um pedido de apoio apresentado por um munícipe, no âmbito da Oficina Solidária - “O Sol”.

Relembro que foi aprovado na Câmara e Assembleia Municipal, por proposta deste executivo permanente, o Regulamento da “Oficina Solidária – Sol”, que dá ao Presidente da Câmara e ao vereador com o Pelouro a competência exclusiva para deliberar os apoios neste âmbito.

Recordo-me aliás que votei contra esse Regulamento, por retirar à Câmara essa competência. Desde a aprovação deste Regulamento, nunca nada veio à Câmara no âmbito da atividade desta viatura “Sol”.

Persistentemente, aqui a oposição camarária tem solicitado informações sobre a atividade da viatura “Sol”, sem que nenhuma informação nos tenha sido prestada.

Ao ver este ponto incluído na ordem de trabalhos desta reunião, pensei aqui tratar-se de um lapso, mas entretanto percebi: de acordo com a informação, a intenção é recusar o apoio ao munícipe.

Este executivo permanente, pretende decidir sozinho quando se trata de conceder os apoios, mas quer a decisão da Câmara quando se trata de recusar os apoios, o que parece ser muito conveniente, mas não merece a minha concordância.

A Vereadora Cristina Felgueiras (PSD) apresentou a seguinte declaração de voto:

“ Confiando no parecer técnico que enquadrou o pedido no regulamento de apoio a estratos sociais desfavorecidos, o qual atribui à Câmara Municipal a competência para de decisão, voto a favor do referido parecer.”

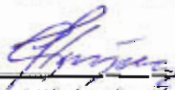
**4.2 - Presente informação UOF\_AADSCED/2016/14, apresentando o relatório do júri do processo de atribuição de bolsas de estudo a estudantes do Ensino Superior- ano letivo 2015/2016, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.**

*Deliberação: aprovado por unanimidade.*

Para constar se lavrou o presente Edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

Paços do Município de Alijó, 12 de abril de 2016

O Presidente da Câmara

  
Carlos Jorge Vilela da Rocha Magalhães